

**PROCESSO N°: 7460/2025**

AUTORIA: Mesa Directora

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL:

- Presidente: Professor Renato Ribeiro (PDT)
- Vice-Presidente: Raphaela Moraes (PP)
- Secretário: Dr. William Miranda (UB)

Trata-se de análise do Projeto de Decreto Legislativo nº 12/2025, de autoria da Mesa Diretora, que objetiva conceder a "Comenda Maria Ortiz". As agraciadas propostas são: Dra. Adriana Chiste Carvalho, Desembargadora Alzenir Bollesi de Plá Loeffler, Dra. Érica Neves, Desembargadora Janete Vargas Simões, e Maria das Graças Vimercati.

A proposição foi protocolada em 03/12/2025, lida no Expediente da Sessão Ordinária em 03/12/2025, e distribuída a esta Comissão em 05/12/2025. O projeto tramita em regime Ordinário.

Consta nos autos o Parecer Jurídico nº 854/2025, exarado pela Douta Procuradoria, que opinou pelo **PROSSEGUIMENTO** do Projeto. O Parecer fundamenta que a matéria legislativa proposta, relativa à concessão de



II. ANÁLISE

Compete a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) analisar os aspectos constitucional e legal da matéria, nos termos do Art. 64 do Regimento Interno (Resolução nº 278/2020). Acolhemos o Parecer Jurídico nº 854/2025, exarado pela Douta Procuradoria.

A iniciativa do projeto, de autoria da Mesa Diretora, está em conformidade com o Regimento Interno (Art. 119), uma vez que a matéria não é de iniciativa privativa de outro colegiado. Em análise, não se verifica vício de inconstitucionalidade material ou formal, pois o projeto não invade a esfera de competência do Poder Executivo (Art. 143 da Lei Orgânica do Município) e a escolha das agraciadas é um ato político e discricionário do Legislativo.



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Concluímos, portanto, pela **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** da proposição.

2. Técnica Legislativa e Redação (LC 95/98)

A Procuradoria opinou pelo cumprimento das diretrizes técnicas do projeto.

Esta Comissão procedeu à análise minuciosa do texto da proposição em relação aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98 (Normas para a Elaboração, Redação, Alteração e Consolidação das Leis). O Projeto de Decreto Legislativo está estruturado em artigos de articulação simples (Art. 1º e Art. 2º) e observa os critérios de Articulação (Art. 10, LC 95/98) e de Redação (Art. 11, LC 95/98).

Não foram identificados vícios de técnica legislativa ou erros de redação (ortografia, gramática, concordância) que violem a Lei Complementar nº 95/98 ou as normas internas da Casa e que demandem a apresentação de Emenda de Redação. O texto apresenta-se com clareza, precisão e ordem lógica.

III. VOTO DA COMISSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifesta-se:

Pela **CONSTITUCIONALIDADE**, **LEGALIDADE** e **BOA TÉCNICA LEGISLATIVA** do Projeto de Decreto Legislativo nº 12/2025.

IV. CONCLUSÃO





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pelo exposto, esta Comissão opina **FAVORAVELMENTE** à tramitação e aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 12/2025.

Sala de Reuniões, 05 de dezembro de 2025.

Professor Renato Ribeiro (PDT)
Presidente

Raphaela Moraes (PP)
Vice-Presidente

Dr. William Miranda (UB)
Secretário

